

Sindicatos querem reajuste de 125%

Porto Alegre — O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Ivo Lorscheiter, considerou razoável o aumento das semestralidades escolares em 35%, pois “pelo menos ameniza os problemas das escolas particulares, cuja situação é calamitosa”. Para Dom Ivo, o governo deveria, como ocorre em outros países, financiar integralmente o ensino de 1º Grau nas escolas particulares.

No entanto, para o diretor administrativo do Sindicato das Escolas Particulares do estado, Moacir Schroeder, o aumento é insuficiente e, por isso, está sendo reivindicado um reajuste de 125%, para cobrir a defasagem verificada com o congelamento das anuidades, “o que faz com que a maioria das escolas passasse o ano de 1986 operando em vermelho”.

Na PUC gaúcha, as taxas de matrícula foram majoradas em 50%, antes do anúncio do índice oficial, devido à necessidade da universidade ter sua receita acrescida em 100% sobre o exercício de 1986. A explicação é do reitor Norberto Rauch, alegando que também a despesa aumentou nessa proporção, segundo um índice recomendado pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. De acordo com o reitor, se o governo conceder o reajuste de 125%, a diferença será cobrada posteriormente dos alunos.

Escolas fechadas

Moacir Schroeder disse que, “em tese, o reajuste de 35% cobriria parte da defasagem existente na contabilidade das escolas”, mas acrescentou que existe a possibilidade de algumas escolas fecharem este ano, pois não conseguirão operar com os valores propostos pelo Ministério da Educação, sem contar o aumento de salários dos professores.

No entanto, tanto dirigentes das escolas como as associações de pais e

mestres consideraram positiva a fixação de um teto de até 15% para negociação do reajuste, além dos 35%. O secretário-geral da Associação dos Círculos de Pais e Mestres do estado, Carlos Peres, reconhece que as anuidades escolares estão congeladas desde agosto de 1985, afirmindo que a “tendência dos pais é aceitar a negociação, evitando que o nível do ensino caia ainda mais no estado”.

Para Carlos Peres, os pais não deverão achar demasiado o reajuste de 35%, mesmo com uma possível negociação com um teto de 15%, lembrando que os salários de muitas categorias foram reajustados desde agosto de 1985. Ele salienta que os pais estão conscientes de que os professores precisam ser valorizados através do reajuste salarial, além de ser necessário melhorar as condições de ensino nas escolas.

Negociação castrada

O sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particulares do Estado de São Paulo — que representa 7 mil escolas — rejeitou ontem a decisão do governo de autorizar um reajuste de 35% nas semestralidades, mas uma margem de 15% para livre negociação com os pais dos alunos. “Essa é uma livre negociação castrada, pois fixa tetos”, disse o presidente do sindicato, José Aurélio de Camargo.

A entidade pretende continuar as negociações com o governo e com os pais dos alunos. Estes, segundo o presidente do sindicato, aceitaram, em outubro passado, pagar as matrículas de 1987 com 100% de aumento.

De acordo com o sindicato, o reajuste de 35% apenas recompõe o equilíbrio financeiro das escolas, mas existe um compromisso de dar 66% de aumento a funcionários e professores. “Sem esse aumento, os professores não voltarão para as escolas”, disse José Aurélio de Camargo. As 7 mil escolas filiadas ao sindicato têm 2

milhões de alunos e 1 milhão de funcionários e professores.

— Após o Plano Cruzado, cerca de 700 escolas não resistiram financeiramente e foram fechadas em todo o Estado de São Paulo. E o congelamento de salários fez com que perdêssemos de 10 a 20% de nossos professores. Uma boa escola precisa remunerar bem os seus professores e acredito que os pais dos alunos entenderão os motivos da necessidade de um aumento de 100% nas semestralidades — disse o presidente do sindicato.

“Medida demagógica”

O vice-presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais e diretor do Instituto Izabela Hendrix, tradicional colégio metodista desta capital, Ulysses Panisset, disse que o índice de 35% para reajuste das semestralidades representa “uma medida demagógica, típica do intervencionismo socialista”.

Ulysses Panisset disse que vários pais de alunos, surpresos, telefonaram durante o dia, “para perguntar se o índice de aumento era só de 35% mesmo”, além de professores, “que alegaram não ter mais condições de trabalho com um reajuste tão pequeno e se diziam estarrecidos”.

Ele admitiu a possibilidade das escolas particulares não iniciarem o ano letivo, “tanto por iniciativa dos professores, que farão greve porque suas reivindicações não serão atendidas, quanto pelas escolas, que estarão sem condições de funcionamento”. Ulysses Panisset criticou ainda o governo: “Ele usa duas medidas: nos congela e não se congela”.

Sobre a reivindicação dos professores mineiros, que querem um reajuste salarial de 150%, Panisset afirmou que “não há hipótese de darmos mais de 35% de aumento, pois a decisão do governo inviabiliza o atendimento de suas reivindicações”. Ele disse, porém, ter “consciência de que

os docentes das escolas particulares estão realmente prejudicados”.

Para o diretor do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, Geraldo Basílio Ramos, o reajuste de 35%, “será mais do que suficiente para a maior parte das escolas, que está em boa situação financeira. Para as restantes, nem tanto”.

Segundo Geraldo Basílio, o pedido de um aumento salarial de 150% para os professores não tem relação direta com o reajuste das mensalidades. “Queremos um índice de reajuste salarial que seja capaz de segurar os professores nas escolas, evitando que deixem a profissão em razão da baixa remuneração que recebem”, assinalou. Das 20 homologações trabalhistas feitas ontem em Minas Gerais, 18 se referiam a professores que haviam requerido demissão, segundo ele.

Sem negociação

O índice de 35% para o reajuste das semestralidades nas escolas de 1º e 2º graus inviabiliza 80% dos 1.318 estabelecimentos de ensinos privados em Pernambuco. A afirmação é do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular no estado, advogado José Gomes Santiago. Na sua opinião, o aumento concedido, além dos 15% para negociação, é irreial e inaceitável.

José Santiago afirmou que o índice de reajuste deveria ser de pelo menos 125%, para “evitar o desmantelamento da rede privada de ensino”.

— O aumento é inaceitável e por isso mesmo nem vamos ter o trabalho de negociar com os pais dos alunos o teto de mais 15% que foi concedido. Vamos esperar o desenrolar dos acontecimentos daqui para a frente e, caso, não seja permitido um outro percentual de aumento, teremos que sugerir às escolas que não abram as suas portas a partir de fevereiro — disse José Santiago.